Correio Técnico

Desperdício da safra agrícola aumenta no País

Paulo Euler

Para um país que possui 32 milhões de pessoas em estado de indigência equitativamente distribuídas entre as áreas rural e urbana, o desperdício de produtos alimentares é mais que uma ofensa, é um crime imperdoável. E quando esse crime além de subtrair alimentos aos famintos ainda subtrai recursos financeiros de uma nação em plena crise, aí, é preciso muito cuidado. Cuidado porque o estopim de uma convulsão social já está aceso e a questão passa a ser como apagá-lo antes que a explosão aconteça.

As perdas na agricultura brasileira ultrapassam os 2,4 bilhões de dólares por ano somente na produção de soja, trigo, milho, arroz, feijão, frutas e hortaliças nas diversas fases da colheita, armazenagem e distribuição. Relatórios elaborados pela Comissão Técnica para Redução das Perdas na Agropecuária, instituída pelo Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária, indicam perdas médias de 20% em cada uma dessas fases.

São alimentos literalmente jogados no lixo por produtores, armazenadores e comerciantes por absoluta falta de cuidados e infraestrutura adequada. A deficiência de armazenagem quantitativa e qualitativa somada às grandes distâncias entre os centros produtores e os de consumo, a péssima qualidade das vias de escoamento e a desinformação sobre credenciamento, tarifas e disponibilidade dos armazéns, contribuem para a perpe-

tração do crime de lesa humanidade contra esses 32 milhões de indigentes brasileiros e outros tantos no mundo.

O governo, através do Ministério da Agricultura, já elaborou uma proposta de financiamento de unidades armazenadoras a nível de propriedade rural que poderá ampliar a capacidade de armazenagem do País dos atuais 15% para 35% a 50% segundo previsões dos técnicos do ministério. Entretanto, não basta construir armazéns, melhorar as estradas e adotar tecnologias se essas informações não chegarem aos produtores. E isso também é uma constante dentro do processo.

A falta de informação tanto pode levar um produtor a desperdiçar sua produção dentro como fora de armazéns, gastando mais do que o necessário ou perdendo em qualidade e quantidade na sua safra. Situações existem onde, contraditoriamente sobra espaço nos armazéns enquanto a colheita se perde ao relento simplesmente porque o produtor sequer tem noção do custo da armazenagem e dos procedimentos para estocar seu produto em condições adequadas.

No Distrito Federal, por exemplo, a capacidade das unidades armazenadoras instaladas é mais que suficiente para a produção local e ainda absorve as safras de regiões vizinhas (Bahia, Minas e Goiás). Hoje, de acordo com o sistema de cadastramento de armazéns

da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), existem 33 unidades armazenadoras no Distrito Federal, com uma capacidade total de 165 mil 072 toneladas, das quais 24 são unidades convencionais, com uma capacidade de 89 mil 022 toneladas, sete são graneliros capazes de armazenar 72 mil 900 toneladas e dois são frigoríficos com capacidade total de 3 mil 150 toneladas.

As pequenas distâncias relativas do Distrito Federal e a capacidade de armazenagem instalada tornam desnecessária e onerosa a instalação de armazéns nas fazendas, daí, as poucas propriedades no DF que mantêm seus próprios armazéns, o fazem mais por capricho do próprio produtor já que a rede oficial e credenciada opera com ociosidade.

Procedimentos — É justamente aí que está o problema. Quanto custa para o produtor armazenar o seu produto de forma adequada? A Conab possui um sistema de tarifas pelos serviços de armazenagem que representa cerca de 0,95% do valor da mercadoria armazenada durante 30 dias nas unidades de sua rede. O esquema funciona da seguinte forma: após a colheita, o produtor dirige-se a uma unidade armazenadora e entrega o produto à recepção. Ali, se o produto vier ensacado ou a granel ele pagará uma taxa de Cr\$ 10.420,00 para produto ensacado ou Cr\$ 12.152,00 para produto a granel (preços

A deficiência da colheita e de armazenagem causa um desperdício anual de US\$ 2,4 bilhões da safra do agricultor brasileiro

por tonelada). A recepção inclui a secagem (até 16% de umidade) que para arroz e outras sementes custa Cr\$ 29.704,00 por tonelada, e a limpeza ou pré-limpeza (até 5% de impurezas), que quando feitas como serviço isolado custam Cr\$ 10.490,00 a tonelada.

Recebido o produto, após a secagem e limpeza ele está pronto para a armazenagem, que no caso de grãos custa Cr\$ 15.334,00 a tonelada por quinzena. Além desses custos é cobrada uma sobretaxa, a título de seguro no valor de 0,3% sobre o valor do produto, que garante ao produtor a integridade de sua carga armazenada. Isto significa que ele receberá a mesma quantidade do produto que entregou para armazenar, em perfeitas condições de sanidade e na embalagem especificada. Além desses custos existe a braçagem (operação de carga ou descarga do veículo e movimentação da mesma no local, que é feita por trabalhadores individuais e paga de acordo com a tarifa do sindicato dos braçagistas no valor do dia).

Exemplo — Para se ter uma idéia clara desses valores podemos tomar como exemplo um produtor que deseje armazenar uma tonelada de milho por 30 dias. Considerando o preço da saca de milho (60kg) a Cr\$ 280 mil e que ele entregue o produto ensacado no armazém, seus custos serão de: 1) recepção e secagem Cr\$ 50.614,00, 2) armazenagem (2 x Cr\$ 15.334,00 = Cr\$ 30.668,00, 3) sobretaxa (0,3% sobre Cr\$ 4.664.800,00 — toneladas do milho) = Cr\$ 13.994,40. Teremos então (1) + (2) (3) = Cr\$ 94.276,40 que correspondem ao custo de recepção, limpeza, secagem e armazenagem de uma tonelada de milho por um mês a preços de maio. A esse custo deve ser acrescido o valor da braçagem.

Conforme se pode constatar, o custo da armazenagem é insignificante no contexto para justificar, no Distrito Federal, os investimentos de implantação de armazéns a nível de fazenda. Nesse aspecto o produtor do DF é privilegiado e para evitar perdas na sua safra, ele deve se voltar para os cuidados na hora da colheita e do transporte, que pode ser obtido através da orientação técnica que ele obtém gratuitamente junto à Emater-DF.